

AZ@BXL

Número: 236 Data: 2022.07.22

No título: [Zona Central e Falésias da Costa Oeste, Ilha das Flores](#)

Nota: Localizada na costa oeste e na zona central da ilha, esta área possui cerca de 2565 hectares e uma altitude máxima de 768 metros e é constituída por cones vulcânicos, crateras, encostas e arribas. Enquanto na orla costeira noroeste afloram formações geológicas associadas ao vulcanismo submarino das fases iniciais de edificação da ilha, com cerca de 2,5 milhões de anos, na zona do Planalto Central, no interior da ilha, afloram sobretudo formações resultantes de um vulcanismo terrestre mais recente, de idade inferior a 670 mil anos.

A paisagem desta área é dominada pela extensa, declivosa e imponente escarpa que ladeia o lado oriental dos povoados da Fajã Grande e da Fajãzinha. Esta arriba fóssil, com uma altitude máxima de cerca de 300 metros, separa as referidas fajãs do Planalto Central e apresenta inúmeras quedas de água, que alimentam massas de água permanentes na sua base. Estas massas de água são localmente designadas de poços, sendo os mais conhecidos o Poço do Bacalhau e o Poço da Ribeira do Ferreiro, também designado por Lagoa das Patas e Poço da Alagoinha.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Comissão Europeia apresenta plano para reduzir a procura de gás](#)

[Moscou e Kiev assinam acordo para exportação de cereais a partir dos portos bloqueados do Mar Negro](#)

[Auxílios Estatais: Comissão altera quadro temporário de crise](#)

[Novo Bauhaus Europeu: Horta entre 20 municípios apoiados em projetos pioneiros](#)

[Rússia: Comissão adota proposta de pacote de medidas sancionatórias de «manutenção e alinhamento»](#)



Até 25 de julho



Revisão do atual regulamento relativo aos auxílios de minimis - aberto período de submissão de comentários

Tendo em conta que as [atuais regras](#) expiram a 31 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia irá propor a revisão do atual regulamento, nomeadamente pretende rever estas regras para atualizar os montantes isentos, na perspetiva da inflação e da melhoria da transparência. O Regulamento relativo aos auxílios *de minimis* permite isenções ao controlo dos auxílios estatais para pequenos montantes que sejam considerados como não tendo efeitos na concorrência e no comércio no mercado único. Os Estados-Membros não têm de notificar estes montantes à Comissão para aprovação. Poderá apresentar os seus comentários [aqui](#).

26 de julho



Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Os ministros da Energia [procederão](#) a uma troca de pontos de vista sobre a segurança do aprovisionamento energético na UE e outras medidas a tomar antes do próximo inverno. A segurança do aprovisionamento energético da UE corre um risco ainda maior de se deteriorar na sequência da agressão russa à Ucrânia.

Neste contexto, a Comissão apresentou em 20 de julho, um [pacote de medidas na perspetiva do próximo inverno](#). O pacote inclui medidas em matéria de preparação, coordenação e solidariedade. Os ministros debaterão as medidas propostas pela Comissão e partilharão informações sobre a atual situação em matéria de segurança do aprovisionamento energético nos respetivos Estados-Membros.

26 a 29 de julho



Simpósio Mundial Sobre os Solos

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Parceria Global de Solos (GSP) e o Painel Técnico Intergovernamental sobre Solos (ITPS) irão organizar o [Simpósio Global sobre os Solos - "Solos: o início da produção alimentar"](#). Este simpósio científico, que reunirá mais de 3 mil peritos, irá rever o papel da perda de nutrientes e da fertilidade dos solos no contexto da segurança alimentar, saúde humana, alterações climáticas e restauração dos ecossistemas. Inscrições [aqui](#).

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que

promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prato ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 17 de agosto



Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas: período de apresentação de comentários

Esta iniciativa [alargará](#) o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, a fim de incluir dados sobre as práticas ambientais e sociais. Com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da política agrícola comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prato ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Até 22 de agosto



Proteção da biodiversidade: objetivos em matéria de restauração da natureza no âmbito da estratégia europeia em matéria de biodiversidade

Encontra-se aberto um [período de apresentação de comentários](#) relativo à proposta de regulamento dedicado à proteção da biodiversidade (restauração da natureza). Esta iniciativa, que é uma das principais medidas anunciadas na estratégia europeia em matéria de biodiversidade para 2030, visa propor objetivos juridicamente vinculativos no domínio da restauração da biodiversidade, sujeitos a uma avaliação de impacto, e contribuir para o principal objetivo da referida estratégia, que consiste em viabilizar a restauração da biodiversidade.

27 a 30 de agosto



Summer CEmp 2022

A [quinta edição da escola de verão da Comissão Europeia em Portugal](#) tem lugar de 27 a 30 de agosto de 2022 na Ribeira Grande, ilha de São Miguel, nos Açores, com o apoio do Governo dos Açores e da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Esta iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal nasceu da necessidade de envolver os atuais e os futuros líderes de opinião no debate sobre a União Europeia e de mobilizar a geração jovem em torno do que é e do que pode ser o projeto europeu e o papel da Comissão Europeia.

O *Summer CEmp* é um seminário intensivo e dinâmico com formatos práticos de aprendizagem. Durante quatro dias, um grupo diverso de estudantes do ensino superior tem a oportunidade de refletir sobre as prioridades e políticas europeias, em interação com exemplos concretos da localidade anfitriã, de debater com um vasto leque de protagonistas da atualidade portuguesa e europeia (da política, dos *media*, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local), de forma aberta e concreta, sobre o futuro do projeto europeu e de aprender mais sobre a União Europeia e sobre o papel da Comissão Europeia em temas muito diversos. Mais informações na [página dedicada](#) e acompanhe com o *#SummerCEmp* nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Twitter](#), [Facebook](#) e [Instagram](#).

1 e 2 de setembro



Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão

A primeira parte da reunião será [dedicada](#) ao debate sobre a política de coesão como instrumento estratégico para o desenvolvimento regional, incluindo o impacto nas regiões. A segunda parte será dedicada ao papel da Política de Coesão ao lidar com o impacto de acontecimentos imprevistos como a crise pandémica, a guerra na Ucrânia ou as catástrofes naturais.

As reuniões oficiais do Conselho são organizadas pelo Conselho da UE e dirigidas pela Presidência do Conselho. No entanto, cada Presidência do Conselho organiza também reuniões informais de ministros para debater iniciativas relacionadas com um determinado tema ou formação do Conselho. Mais informações sobre a ordem do dia e os resultados desta reunião estão disponíveis no [sítio Web da Presidência](#).

5 de setembro



Clima Neutro e Cidades Inteligentes – apelo a candidaturas para cidades piloto

As cidades piloto selecionadas receberão financiamento e assistência técnica para implementar abordagens inovadoras para uma rápida decarbonização durante um período de dois anos.

O período de [candidaturas](#) terá o seu início no próximo dia 5 de setembro e encerrará a 4 de novembro de 2022, podendo inscrever-se [aqui](#) para assistir à sessão de informação que decorrerá no dia 5 de setembro.

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.



Consulta pública relativa à atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e do seu plano de ação

A Estratégia de Segurança Marítima da UE de 2014 e o seu plano de ação revisto (2018) permanecem válidos. Todavia, uma avaliação mostrou que devem ser alinhados por outras políticas e instrumentos importantes da UE, incluindo a «Bússola Estratégica» da UE, ser adaptados aos desafios em constante evolução no domínio da segurança marítima no atual contexto geopolítico complexo, bem como às alterações climáticas e à degradação ambiental. Esta [iniciativa](#) atualizará a estratégia e o seu plano de ação, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2021.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

Até 19 de setembro



Saúde global - nova estratégia da União Europeia

Houve mudanças significativas na saúde global e na geopolítica desde a Comunicação da Comissão de 2010 sobre o papel da UE na saúde global. Esta iniciativa irá desenvolver uma nova estratégia de saúde global para responder a estas mudanças e reforçar a liderança da UE nesta área. Os contributos das partes interessadas poderão ser carregados [aqui](#).

19 e 20 de setembro



PCI Energy Days

O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição ("PCI Garden") e o link de inscrição poderão ser encontradas [aqui](#).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.

26 de setembro a 2 de outubro



Virtual Island Summit

A [Cimeira das Ilhas Virtuais](#) é um [evento online](#) global dedicado aos assuntos insulares e à partilha de experiências comuns. A Cimeira das Ilhas Virtuais de 2022 oferece, por exemplo, acesso a especialistas em sustentabilidade, sessões interativas, colaboração intersetorial, ou perceções e discussões sobre os [ODS](#). A Cimeira das Ilhas Virtuais do ano passado teve mais de 11 mil participantes de mais de 500 ilhas.



Principais resultados do Conselho Agricultura de 18 de julho

Os ministros [debateram](#) a execução da nova PAC e a aprovação dos planos estratégicos. Trocaram impressões sobre o processo de preparação a nível nacional e salientaram a necessidade de os planos estratégicos serem aprovados o mais rapidamente possível, tendo a este respeito o Comissário, Janusz Wojciechowski, informado que tinham sido concluídas as negociações com [Portugal](#), Polónia, Espanha, França e Dinamarca, que poderiam submeter a versão definitiva dos seus programas para aprovação formal pela Comissão (referindo ainda que, estima em cerca de 6 semanas a aprovação formal pela Comissão após a submissão da versão definitiva do programa). Os ministros debateram também o impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia na implementação em curso da nova arquitetura ecológica e realçaram a necessidade de uma solução equilibrada para cumprir os objetivos ambientais, climáticos e de biodiversidade, por um lado, e garantir a segurança alimentar, por outro.

Os ministros debateram a situação económica do setor agrícola no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. Trocaram pontos de vista sobre as perspetivas de colheita deste ano, tendo em conta as implicações da seca extrema registada nas últimas semanas, bem como os desafios enfrentados por cada setor em resultado da agressão russa à Ucrânia. A escassez de matérias-primas e os elevados preços dos fatores de produção estão a ter um grande impacto na produção agrícola e na indústria transformadora a jusante nos Estados-Membros. Neste contexto, os ministros pediram à Comissão que prestasse esclarecimentos sobre as derrogações e os planos estratégicos nacionais o mais rapidamente possível, a fim de proporcionar segurança aos agricultores. Os ministros debateram também a concretização dos corredores solidários da UE e das plataformas de compatibilização criadas para ajudar a transitar os cereais para fora da Ucrânia e reiteraram o seu empenho e solidariedade para com a Ucrânia. Apelaram ainda a que se continuasse a acompanhar os setores individuais na UE e a desenvolver instrumentos a nível mundial para avaliar o caminho a seguir a longo prazo.

Os ministros debateram a recente proposta da Comissão e a sua ambiciosa harmonização, por intermédio de um regulamento, das políticas nacionais em matéria de utilização de pesticidas. Os ministros manifestaram-se a favor da utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e expressaram a sua preocupação com a fixação do objetivo de 50 % para os pesticidas químicos, tanto a nível da UE como a nível nacional. Recordaram a necessidade de prever alternativas viáveis e sustentáveis aos pesticidas químicos antes de serem fixadas metas de redução obrigatórias. Os ministros assinalaram ainda a necessidade de se ter em conta as diferenças em termos de geografia, clima e pontos de partida nos diferentes Estados-Membros. Salientaram também que a sustentabilidade não deve ser procurada à custa da segurança alimentar ou da competitividade da agricultura da UE, especialmente no atual contexto da agressão russa à Ucrânia.

Produtos agrícolas da Moldávia: Conselho adota medidas temporárias de liberalização do comércio

O Conselho [adotou](#) um regulamento que liberaliza temporariamente o comércio dos sete produtos agrícolas moldavos que ainda não tinham sido totalmente liberalizados: tomates, alhos, uvas de mesa, maçãs, cerejas, ameixas e sumo de uvas. Isto significa que a Moldávia poderá, no mínimo, duplicar as suas exportações destes produtos para a União Europeia – durante o período de um ano – sem a imposição de direitos aduaneiros.

A guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia tem tido um impacto devastador na Ucrânia, assim como na República da Moldávia. Esta situação afetou de forma negativa a capacidade da Moldávia para efetuar trocas comerciais com o resto do mundo, uma vez que as suas exportações dependem em grande medida de infraestruturas ucranianas, e também porque o país perdeu o acesso aos seus mercados na Ucrânia, na Rússia e na Bielorrússia.

Quando entrar em vigor, a decisão aplicar-se-á, pelo período de um ano, a sete produtos agrícolas da Moldávia que atualmente ainda estão sujeitos a contingentes pautais aquando da entrada na UE. As medidas temporárias de liberalização do comércio reorientarão essas exportações para a UE. A decisão está subordinada à observância dos princípios enunciados no artigo 2.º do Acordo de Associação que estabelece uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada (ZCLAA), que liberalizou quase todo o comércio com a Moldávia, com exceção dos sete produtos agrícolas abrangidos pelo regulamento entretanto adotado.

Comissão Europeia: Painel de preços dos produtos agrícolas e dos preços dos alimentos ao consumidor

A Comissão Europeia fornece através deste painel, um resumo mensal dos dados de preços dos produtos agrícolas mais representativos e dos preços dos alimentos ao consumidor, tanto a nível da UE como a nível global.

Poderá encontrar [aqui](#) a informação publicada em julho, mas relativa ao mês de junho de 2022, bem como de períodos anteriores, onde poderá consultar as variações de prazos desde 2019.



Alargamento

Conferência Intergovernamental a nível ministerial sobre a adesão da Macedónia do Norte

A UE deu [início](#) no dia 19 de julho à fase de abertura das negociações de adesão com a Macedónia do Norte. A abertura das negociações surge na sequência de uma decisão do Conselho, tomada em 25 de março de 2020, de dar início às negociações de adesão, decisão essa que foi aprovada pelos membros do Conselho Europeu em 26 de março de 2020. Surge também na sequência da aprovação pelo Conselho, em 18 de julho de 2022, do quadro de negociação relativo às negociações de adesão com a Macedónia do Norte, em conformidade com a metodologia de alargamento revista.

A delegação da UE foi chefiada por Jan Lipavský, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Checa, e a Comissão Europeia fez-se representar por Olivér Várhelyi, comissário responsável pela Vizinhança e Alargamento. A delegação da Macedónia do Norte foi chefiada pelo primeiro-ministro Dimitar Kovačevski. A Macedónia do Norte é já um parceiro próximo da UE no Processo de Estabilização e de Associação dos Balcãs Ocidentais. A UE e a Macedónia do Norte apoiaram-se mutuamente durante a pandemia de COVID-19, e também face à agressão militar injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia e aos seus impactos em todo o continente europeu. Conforme declarado pelo Conselho em 14 de dezembro de 2021, a delegação da UE congratulou-se com a constante determinação da Macedónia do Norte em fazer avançar a agenda de reformas da UE e alcançar resultados concretos e sustentáveis.

A delegação da UE regista que a Comissão avançou nos seus trabalhos para levar a cabo e concluir o processo de análise do acervo da UE e está preparada para apresentar atempadamente os seus resultados à Macedónia do Norte. Nesta base, convida a Comissão a continuar a avaliar o estado de preparação da Macedónia do Norte para a abertura de negociações em domínios específicos e a identificar as questões mais suscetíveis de surgirem nas negociações, começando pelo grupo dos princípios fundamentais, que, em conformidade com o quadro de negociação, será aberto logo que a Macedónia do Norte cumpra os critérios pertinentes acordados pelo Conselho. A UE também se congratulou vivamente com o facto de a Macedónia do Norte ter subscrito integralmente todas as decisões e declarações no âmbito da política externa e de segurança comum da UE e incentivou a Macedónia do Norte a continuar a fazê-lo.

Conferência Intergovernamental a nível ministerial sobre a adesão da Albânia

A abertura das negociações [surge](#) na sequência de uma decisão do Conselho, tomada em 25 de março de 2020, de dar início às negociações de adesão, decisão essa que foi aprovada pelos membros do Conselho Europeu em 26 de março de 2020. Surge também na sequência da aprovação pelo Conselho, em 18 de julho de 2022, do quadro de negociação relativo às negociações de adesão com a Albânia, em conformidade com a metodologia de alargamento revista.

A delegação da UE foi chefiada por Jan Lipavský, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Checa, e a Comissão Europeia fez-se representar por Olivér Várhelyi, comissário responsável pela Vizinhança e Alargamento. A delegação da Albânia foi chefiada pelo primeiro-ministro Edi Rama.

A Albânia é já um parceiro próximo da UE no Processo de Estabilização e de Associação dos Balcãs Ocidentais. A UE e a Albânia apoiaram-se mutuamente durante a pandemia de COVID-19, e também face à agressão militar injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia e aos seus impactos em todo o continente europeu. Conforme declarado pelo Conselho em 14 de dezembro de 2021, a delegação da UE congratulou-se com a constante determinação da Albânia em fazer avançar a agenda de reformas da UE e alcançar resultados concretos e sustentáveis.

A delegação da UE regista que a Comissão avançou nos seus trabalhos para levar a cabo e concluir o processo de análise do acervo da UE e está preparada para apresentar atempadamente os seus resultados à Albânia. Nesta base, convida a Comissão a continuar a avaliar o estado de preparação da Albânia para a abertura de negociações em domínios específicos e a identificar as questões mais suscetíveis de surgirem nas negociações, começando pelo grupo dos princípios fundamentais, que, em conformidade com o quadro de negociação, será aberto logo que a Albânia cumpra os critérios pertinentes acordados pelo Conselho. A UE também se congratulou vivamente com o facto de a Albânia ter subscrito integralmente todas as decisões e declarações no âmbito da política externa e de segurança comum da UE e incentivou a Albânia a continuar a fazê-lo.



Ambiente

Secas na Europa em julho de 2022: quase metade do território da UE em risco

O Centro Comum de Investigação da Comissão publicou o relatório "[Drought in Europe - July 2022](#)", uma avaliação da situação de seca na Europa baseada no trabalho do Observatório Europeu da Seca. A análise da evolução e incidência da seca

prolongada na UE mostra que uma parte preocupante do território está atualmente exposta a níveis de alerta (46% da UE) e alerta (11% da UE) de seca, associados a um défice de humidade do solo associado ao stress da vegetação.

Incêndios florestais: UE mobiliza ajuda suplementar para Portugal, França, Albânia e Eslovénia

O [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#) continua a canalizar apoio para ajudar a combater os graves incêndios florestais em Portugal, França, Albânia e [Eslovénia](#). Na sequência de pedidos de assistência, a UE ajudou a mobilizar dois aviões de combate a incêndios de Itália para Portugal, que estão a operar no país desde 13 de julho. Este apoio vem juntar-se à ajuda já destacada de Espanha para Portugal no fim de semana passado. Na sequência dos incêndios que surgiram na região sudoeste de França, o [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência](#) também mobilizou dois aviões de combate a incêndios da frota rescEU grega. Outros dois aviões de combate a incêndios da Grécia foram destacados para a Albânia em 14 de julho e 15 de julho e outros 3 helicópteros (um da Áustria, um da Croácia e um da Eslováquia) de combate a incêndios foram destacados para a Eslovénia em 20 de julho. Além disso, o sistema de satélites Copernicus da UE está a fornecer mapeamento de emergência das zonas afetadas, nomeadamente da zona de Ourém, em Portugal.



Auxílios de Estado

Comissão Europeia aprova alteração do Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia

Na sequência do processo de consulta aos Estados-membros, a Comissão Europeia [adotou](#) uma alteração ao [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia](#), inicialmente adotado em 23 de março de 2022, para apoiar a economia no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A vice-presidente executiva Margrethe Vestager, responsável pela política da concorrência, declarou: «A guerra injustificada da Rússia contra a Ucrânia continua a ter produzir os seus efeitos negativos, nomeadamente para a economia da UE. A situação é grave e temos de intensificar os nossos esforços no sentido de eliminar progressivamente os combustíveis fósseis de que tanto dependemos até à data. Com a alteração hoje apresentada, iremos contribuir para acelerar a implantação das energias renováveis, bem como a descarbonização das indústrias, em consonância com os objetivos do plano REPowerEU.»

Esta alteração vem complementar o [Winter Preparedness Package](#) (pacote de preparação para o inverno na área da energia), que foi também agora adotado. Em especial, a alteração apresentada alarga o quadro temporário de crise, prevendo tipos adicionais de medidas de auxílio em consonância com o plano [REPowerEU](#).

No quadro das duas novas secções, os Estados-Membros devem garantir que os projetos são executados num prazo específico, a fim de assegurar um efeito efetivo de aceleração na consecução dos objetivos do plano REPowerEU. Os auxílios ao abrigo destas secções podem ser concedidos até 30 de junho de 2023.

A alteração ao quadro temporário de crise alarga também os tipos de apoio existentes que os Estados-Membros podem conceder às empresas que dele necessitam. Por exemplo, é agora possível aos Estados-Membros concederem um montante limitado de auxílio às empresas afetadas pela atual crise ou pelas sanções e pelas sanções de represália subsequentes até ao montante aumentado de 62 mil euros e de 75 mil euros nos setores da agricultura e das pescas e da aquicultura, respetivamente, e até 500 mil euros nos restantes setores.

Poderá consultar a versão integral da Comunicação da Comissão Europeia agora aprovada [aqui](#).



Coesão

Política de Coesão da UE: 3,5 mil milhões de euros para o desenvolvimento económico e social da Estónia e para a transição verde em 2021-2027

A Estónia [receberá](#) 3,5 mil milhões de euros de financiamento da Política de Coesão para apoiar a coesão económica, social e territorial em 2021-2027 no âmbito do Acordo de Parceria entre a Comissão e a Estónia. Este Acordo apoiará igualmente a implementação das principais prioridades da UE, tais como a transição verde e digital e contribuirá para um crescimento competitivo, inovador e orientado para a exportação. Prepara o caminho para a implementação destes investimentos no terreno através de 2 programas nacionais e 5 programas INTERREG (relativos à cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional). Além disso, o Acordo de Parceria reflete o forte empenho da Estónia na utilização coordenada dos fundos da Política de Coesão com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. No âmbito da Política de Coesão, e em cooperação com a Comissão, cada Estado-Membro prepara um Acordo de Parceria, um documento estratégico para a programação dos investimentos dos fundos da Política de Coesão e do FEAMP durante o Quadro Financeiro Plurianual. O documento apresenta uma lista de programas nacionais para implementação no terreno. O Acordo de Parceria 2021-2027 com a Estónia foi o 15º a ser adotado.

Política de Coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com a Eslováquia para 2021-2027, no valor de 12,8 mil milhões de euros

A Eslováquia [receberá](#) 12,8 mil milhões de euros para o período 2021-2027 para investimentos da Política de Coesão destinados a promover a coesão económica, social e territorial. A adoção do Acordo de Parceria entre a Eslováquia e a Comissão ajudará igualmente a implementar as principais prioridades da UE, tais como as transições verdes e digitais e a justiça social. Abrange 2 programas nacionais e 11 programas INTERREG (relativos à cooperação territorial). Estabelece igualmente a elegibilidade e implementação do Fundo de Transição Justa nas áreas mais negativamente afetadas pela transição climática. Além disso, o Acordo de Parceria reflete o forte empenho da Eslováquia na utilização coordenada dos fundos da Política de Coesão com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O Acordo de Parceria 2021-2027 com a Eslováquia foi o 16º a ser adotado.

Política de Coesão da UE: 42,7 mil milhões de euros para a Itália para apoiar o crescimento sustentável, o emprego e a modernização, reduzindo simultaneamente as disparidades regionais

Com a adoção do Acordo de Parceria sobre Política de Coesão entre a Comissão e a Itália, a Itália [receberá](#) 42,7 mil milhões de euros da UE em 2021-2027 para promover a coesão económica, social e territorial, com especial destaque para as regiões meridionais. O Acordo de Parceria estabelece prioridades de investimento acordadas conjuntamente para a transição verde e digital da Itália, apoiando simultaneamente as áreas socioeconómicas mais frágeis e os grupos vulneráveis. Juntamente com o cofinanciamento nacional, a dotação total para a política de coesão eleva-se a 75 mil milhões de euros. O Acordo de Parceria para Itália abrange o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Transição Justa e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, Pesca e Aquicultura (FEAMPA) e abre o caminho para a implementação destes fundos no terreno. Além disso, o Acordo de Parceria reflete o forte empenho da Itália nos objetivos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O Acordo de Parceria 2021-2027 com a Itália é o 17º a ser adaptado.



Cultura e Diversidade Cultural

Novo Bauhaus Europeu: Horta e Pampilhosa da Serra entre 20 municípios apoiados em projetos pioneiros

A Comissão [anunciou](#) no passado dia 15 de julho os [20 vencedores](#) do primeiro convite à apresentação de propostas do Novo Bauhaus Europeu dedicado a projetos transformadores de base local liderados por municípios de pequena e média dimensão. A Câmara Municipal da Horta, na ilha do Faial, Açores, com um projeto de renovação de um edifício histórico e a criação de um polo cultural integrador, e a Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, na região Centro, com um projeto centrado em aldeias fronteiriças da Euroregião EUROACE (Alentejo-Centro-Extremadura), estão entre os municípios contemplados.

Os projetos incorporam os valores do Novo Bauhaus Europeu — sustentabilidade, estética e inclusão — num dos quatro domínios de ação: renovação de edifícios e espaços públicos; preservação e transformação do património cultural; adaptação e transformação de edifícios para soluções de habitação a preços acessíveis; ou regeneração de espaços urbanos ou rurais. A comissária da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, afirmou: «*20 grandes projetos selecionados entre mais de 80 candidaturas de toda a Europa — um sinal claro de que Novo Bauhaus Europeu está a assumir um âmbito local. A política de coesão está em posição privilegiada para apoiar as pequenas cidades e vilas e para envolver as autoridades públicas no lançamento de mais projetos do Novo Bauhaus Europeu a nível regional.*»

Os vencedores provêm de 15 Estados-Membros: Bulgária, Dinamarca, Croácia, Chipre, Grécia, Finlândia, França, Hungria, Itália, Letónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Espanha e Suécia. Os vencedores serão ajudados por um grupo de peritos interdisciplinares com os conhecimentos especializados necessários para tornar realidade as ideias subjacentes aos seus projetos. Os conhecimentos e os ensinamentos retirados durante este processo contribuirão para uma «caixa de ferramentas» destinada a outros municípios, bem como ao público em geral interessado no desenvolvimento de novos projetos ou na reprodução de projetos NEB já existentes. Foram apresentadas 87 propostas de 18 Estados-Membros diferentes para este convite à apresentação de propostas «[Apoio a iniciativas locais do Novo Bauhaus Europeu](#)». A Comissão selecionou 20 vencedores entre as propostas mais bem classificadas, procurando uma distribuição equitativa dos territórios em termos de equilíbrio geográfico, dimensão do município e características socioeconómicas.

Culture Moves Europe: um novo programa de mobilidade para artistas e profissionais da cultura

A Comissão [assinou](#) um acordo com o Instituto Goethe para a execução de um orçamento de 21 milhões de euros dedicado à mobilidade de artistas e profissionais do setor da cultura nos próximos três anos. Com base nas experiências e recomendações do projeto piloto [I-Portunus](#) implementado entre 2018 e 2022, a nova ação [Culture Moves Europe](#) oferecerá bolsas a artistas individuais, operadores culturais e organizações anfitriãs de todos os setores culturais e criativos abrangidos pelo envelope Cultura do Programa Europa Criativa. Estes incluem a música, arquitetura, artes cénicas, design, literatura e património cultural, dos países participantes do programa.

Com uma atenção especial aos artistas emergentes, a ação *Culture Moves Europe* permitirá que artistas e agentes culturais realizem projetos de iniciativa própria, explorar, criar, aprender ou conhecer para desenvolver ou aprofundar relacionamentos

profissionais internacionais. Em última análise, pretende conceder 7.000 bolsas durante um período de 3 anos. Esta é a maior ação financiada pela UE até à data para artistas individuais, esperando-se que os primeiros apelos a candidaturas sejam lançados no próximo outono.



Defesa

Indústria de defesa: UE reforça indústria europeia de defesa através da contratação pública colaborativa com um instrumento de 500 milhões de EUR

A Comissão [adotou](#) uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o instrumento para reforçar a indústria europeia de defesa através da contratação pública colaborativa para 2022-2024. Tal como anunciado na [comunicação conjunta sobre défices de investimento no setor da defesa em maio](#), a Comissão está a cumprir o seu compromisso de criar um instrumento de curto prazo da UE que reforce as capacidades industriais europeias no domínio da defesa através da contratação pública colaborativa por parte dos Estados-Membros da UE. O instrumento, que dá resposta a um pedido do Conselho Europeu, visa confrontar as necessidades mais urgentes e críticas de produtos de defesa, resultantes da agressão da Rússia contra a Ucrânia. A Comissão propõe atribuir 500 milhões de EUR do orçamento da UE para o período de 2022 a 2024. O instrumento incentivará os Estados-Membros, num espírito de solidariedade, a fazer a contratação pública de forma colaborativa e facilitará o acesso de todos os Estados-Membros a produtos de defesa urgentemente necessários.

Indústria da Defesa: UE toma medidas para investir quase 1,2 mil milhões de euros no apoio a 61 projetos de cooperação industrial no domínio da defesa

A Comissão Europeia [anunciou](#) a sua intenção de conceder um financiamento total da UE de quase 1,2 mil milhões de euros para apoiar 61 projetos colaborativos de investigação e desenvolvimento no domínio da defesa, selecionados na sequência dos primeiros convites à apresentação de propostas no quadro do Fundo Europeu de Defesa (FED).

Com as [propostas selecionadas para financiamento](#), o FED apoiará projetos de capacidades de defesa de topo de gama, como a próxima geração de aviões de combate, tanques e navios, bem como tecnologias críticas para a defesa, como a computação em nuvem militar, a inteligência artificial, os semicondutores, o espaço, o ciberespaço ou as contramedidas médicas. Irá também liderar as tecnologias disruptivas, nomeadamente no domínio das tecnologias quânticas e dos novos materiais, e aproveitar o potencial de PME e empresas em fase de arranque promissoras.



Economia e Mercado

Regulamento Mercados Digitais: Conselho dá aprovação final a novas regras de concorrência leal em linha

O Conselho deu a sua [aprovação](#) final às novas regras para um setor digital equitativo e competitivo através do Regulamento Mercados Digitais (RMD). O RMD assegura condições de concorrência digitais equitativas que estabelecem direitos e regras claros para as grandes plataformas em linha ("controladores de acesso") e garantem que nenhuma delas abusa da sua posição. A regulamentação do mercado digital a nível da UE criará um ambiente digital competitivo e equitativo, permitindo que as empresas e os consumidores possam beneficiar das oportunidades do mundo digital.

O quadro jurídico da UE relativo aos serviços digitais não sofria alterações desde que a diretiva sobre o comércio eletrónico foi adotada, em 2000. Entretanto, os serviços, tecnologias e modelos empresariais digitais evoluíram a um ritmo sem precedentes. Para acompanhar esse ritmo, em dezembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou um pacote legislativo relativo aos serviços digitais, que incluía o Regulamento Serviços Digitais (RSD) e o Regulamento Mercados Digitais (RMD).

O pacote sobre os serviços digitais foi criado pela UE para dar resposta à necessidade de regulamentar o espaço digital. Em conjunto, o RSD e o RMD definem um quadro adaptado à pegada económica e democrática dos gigantes digitais e introduzem medidas para proteger os utilizadores, apoiando simultaneamente a inovação na economia digital. Em 25 de novembro de 2021, menos de um ano após o início das negociações no Conselho, os Estados-Membros chegaram a acordo, por unanimidade, quanto à posição do Conselho sobre o RMD. Em 24 de março de 2022, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre o RMD, que foi aprovado pelos representantes dos Estados-Membros da UE em 11 de maio de 2022. O Conselho deverá adotar, em setembro de 2022, o acordo provisório sobre o RSD que foi alcançado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu em 23 de abril de 2022 e adotado pelo Parlamento Europeu em 5 de julho de 2022.

UE-China: a estabilidade da economia mundial é uma responsabilidade comum

A UE e a China [debateram](#) diversos temas e propostas, incluindo os seguintes: Questões preocupantes relacionadas com as perspetivas económicas mundiais. A UE sublinhou, em especial, a importância de a UE e a China envidarem esforços conjuntos para poderem responder aos desafios suscitados pela agressão da Rússia contra a Ucrânia. A UE tomou nota da

disponibilidade da China para colaborar com vista a garantir a estabilidade dos mercados mundiais e lutar contra a insegurança alimentar mundial, inclusive através da exportação de adubos.

A UE apresentou igualmente propostas para intensificar os trabalhos sobre a redução da dívida dos países de baixo rendimento, tanto a nível bilateral como no quadro do G20. A UE e a China congratularam-se com os resultados positivos da 12.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste contexto, a UE e a China acordaram em trabalhar em conjunto na reforma da OMC. A UE salientou igualmente a necessidade de combater as distorções a nível mundial, por exemplo, no domínio das subvenções à indústria e da sobrecapacidade.

A UE e a China chegaram a acordo quanto à necessidade de evitar perturbações na cadeia de abastecimento e debateram o aumento da transparência e o intercâmbio de informações sobre o abastecimento de determinadas matérias-primas essenciais e de outros produtos. As discussões sobre serviços financeiros foram construtivas. Delas resultou o compromisso da China de garantir que a regulamentação interna que está atualmente a ser elaborada não irá comprometer a capacidade das sociedades europeias de locação financeira de prestarem serviços no seu território. Ambas as partes acolheram favoravelmente a assinatura do memorando de entendimento entre o Banco Popular da China e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, que garante o acesso dos bancos europeus à câmara de compensação de Xangai. A UE congratula-se com a disponibilidade da China para avaliar o seu instrumento de apoio à redução das emissões de carbono, tendo em vista a eventual participação dos bancos da UE.

A UE manifestou a sua preocupação quanto ao ambiente empresarial, nomeadamente, no que se refere à inexistência de condições equitativas e à crescente politização do ambiente empresarial na China, que está a levar as empresas da UE a reconsiderarem tanto as suas atuais operações como os investimentos planeados neste país. A UE reiterou que as medidas de coerção económica – como as que visaram a Lituânia – são inaceitáveis.

Comissão intensifica o trabalho sobre a resiliência da cadeia de abastecimento global em conjunto com os EUA e outros parceiros globais

Em nome da UE, a Comissão Europeia, representada pelo Comissário do Mercado Interno, Thierry Breton, assinou uma declaração juntamente com os EUA e outros 16 parceiros globais, para trabalhar conjuntamente em questões da cadeia de abastecimento global. A [declaração conjunta](#) destaca quatro princípios globais da cadeia de abastecimento, a serem tidos em conta para orientar o trabalho sobre questões globais da cadeia de abastecimento: melhorar a transparência e a partilha de informações entre os parceiros para melhor antecipar os estrangulamentos da cadeia de abastecimento; diversificar e aumentar as capacidades globais de materiais e fatores de produção; abordar vulnerabilidades e gerir melhor os riscos de segurança para as cadeias de abastecimento, bem como promover práticas justas e sustentáveis ao longo das cadeias de abastecimento.

A declaração é o resultado de discussões que ocorreram durante o Fórum Ministerial sobre Resiliência da Cadeia de Abastecimento Global promovido pelos EUA nos dias 19 e 20 de julho e baseou-se na cooperação lançada na Cimeira de Líderes sobre Resiliência da Cadeia de Abastecimento Global, organizada pelo presidente Biden em Roma em 31 de outubro de 2021. A pandemia do COVID-19 e a invasão russa da Ucrânia revelaram a fragilidade de várias cadeias de abastecimentos críticas, tornando os objetivos deste Fórum ainda mais urgentes. Além da UE e dos EUA, 16 outros países assinaram a declaração conjunta, incluindo a Austrália, Brasil, Canadá, República Democrática do Congo, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Holanda, Singapura, Espanha e Reino Unido.



Energia

Poupar gás para garantir um inverno em segurança: Comissão apresenta plano para reduzir a procura de gás e preparar a UE para novos cortes no abastecimento

A União Europeia pode vir a sofrer novos cortes no abastecimento de gás proveniente da Rússia, pois o Kremlin tem estado a utilizar as suas exportações de gás como arma. Praticamente metade dos Estados-Membros já foram afetados pela redução das entregas de gás. Se adotarmos já as medidas necessárias poderemos reduzir os riscos e os custos para a Europa caso ocorram novas perturbações ou um corte no aprovisionamento, aumentando assim a resiliência do mercado energético europeu.

A Comissão [propôs](#), por conseguinte, um novo instrumento legislativo e um plano europeu de redução da procura de gás, para reduzir até 15 % o consumo de gás na Europa até à próxima primavera. Todos os consumidores, administrações públicas agregados familiares, proprietários de edifícios públicos, distribuidores de energia e empresas podem e devem adotar medidas para reduzir o consumo de gás. A Comissão irá também acelerar os esforços para diversificar o aprovisionamento, incluindo a aquisição conjunta de gás, aumentando assim as possibilidades de obter fornecimentos alternativos de gás.

A Comissão vem agora propor um [novo regulamento do Conselho](#) relativo à coordenação das medidas de redução da procura de gás, com base no [artigo 122.º do Tratado](#). Se for aprovado, o novo regulamento estabelecerá uma meta para todos os Estados-Membros reduzirem a procura de gás em 15 % entre 1 de agosto de 2022 e 31 de março de 2023. O novo regulamento

permitirá igualmente à Comissão declarar, após ter consultado os Estados-Membros, um “alerta da União” quanto à segurança do aprovisionamento, impondo uma redução obrigatória da procura de gás a todos os Estados-Membros. Poderão ser declarados alertas da União sempre que se verifique um sério risco de escassez extrema de gás ou uma procura excepcionalmente elevada. Os Estados-Membros devem atualizar os respetivos planos nacionais de emergência até ao final de setembro, indicando como tencionam cumprir a meta de redução do consumo e informando a Comissão, de dois em dois meses, dos progressos realizados. Os Estados-Membros que solicitem solidariedade no aprovisionamento de gás deverão demonstrar as medidas adotadas para reduzir a procura a nível interno.

A fim de ajudar os Estados-Membros a concretizar a necessária redução da procura, a Comissão [adotou](#) igualmente um plano europeu de redução da procura de gás que enumera as medidas, os princípios e os critérios para uma alcançar esse objetivo. Esse plano centra-se na substituição do gás por outros combustíveis e na poupança global de energia em todos os setores. Visa salvaguardar o abastecimento das famílias e de utilizadores cruciais, como os hospitais, mas também das empresas que fornecem produtos e serviços essenciais à economia e às cadeias de abastecimento, assim como à competitividade da UE. O plano formula ainda orientações que os Estados-Membros deverão ter em conta ao planearem as restrições a impor ao consumo de gás.



Estado de Direito

Comissão toma medidas para garantir a transposição completa e atempada das diretivas da UE

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote de decisões de infração devido à ausência de comunicação pelos Estados-Membros das medidas tomadas para transpor as diretivas da UE para o direito nacional (referidas como “infrações de não comunicação”). A Comissão remeteu uma carta de notificação de não cumprimento aos Estados-Membros que não notificaram as medidas nacionais de transposição das diretivas, cujo prazo de transposição expirou recentemente. Neste caso, há 26 Estados-Membros que ainda não notificaram medidas de transposição completas para três diretivas da UE nos domínios do trabalho e direitos sociais (Diretiva (EU) 2019/882), fiscalidade e união aduaneira (Diretiva (EU) 2019/2235 que alterou a Diretiva 2006/112/CE) e serviços financeiros e União do Mercado de Capitais (Diretiva (EU) 2021/2261 que alterou a Diretiva 2009/65/CE). Os Estados-Membros em causa dispõem de dois meses a contar da data da receção da carta de notificação para responder às notificações para cumprir e concluir a sua transposição, ou a Comissão pode decidir emitir um parecer fundamentado.

Comissão Europeia nomeia membros do seu Comité de Ética Independente

A Comissão Europeia nomeou Elisabeth Morin-Chartier e Jerzy Plewa como novos membros de seu Comité de Ética Independente e reconduziu Allan Rosas para um segundo mandato, sendo que as nomeações produzem efeitos imediatos.

Elisabeth Morin-Chartier é ex-deputada e questora do Parlamento Europeu e Jerzy Plewa é ex-Diretor-Geral da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia. Allan Rosas é ex-juiz do Tribunal de Justiça Europeu e tem servido como Membro do Comité de Ética Independente desde 2019. Os dois membros anteriores, Dagmar Roth-Behrendt e Heinz Zourek, não puderam ser reconduzidos após cumprirem dois mandatos. Sob o Código de Conduta de 2018, foi constituído um novo Comité de Ética Independente reforçado, que aconselha a Comissão sobre se as atividades dos Comissários após deixar o cargo são compatíveis com os Tratados, podendo o Presidente solicitar também ao Comité de Ética Independente parecer sobre qualquer outra questão ética relacionada com o [Código de Conduta para os Membros da Comissão Europeia](#). As declarações de interesse e os currículos dos Membros do Comité Ético Independente estão disponíveis online [aqui](#).



Financiamento

Missão da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu a Portugal para acompanhar a implementação do plano de recuperação em Portugal

Uma delegação de 10 membros da [Comissão dos Orçamentos](#) e um membro da [Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários](#) deslocou-se a Portugal de 18 a 20 de Julho para visitar projetos financiados pela [Política Regional](#) da União Europeia, mas também para conhecer a implementação do “NextGenerationEU”, em particular do [plano nacional de Portugal](#) no âmbito do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#).

Poderá encontrar mais informação sobre esta missão [aqui](#).

Proteger o orçamento da UE: Eurodeputados concluem uma visita de averiguação à Polónia

Na quarta-feira, uma delegação da Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, chefiada pela presidente Monika Hohlmeier, [concluiu](#) a sua visita a Varsóvia para analisar o desembolso dos fundos da UE. "Queremos ver os fundos

de recuperação da UE chegar ao mesmo número de pessoas e organizações na Polónia, dado tudo o que estão a fazer para ajudar aqueles que fogem da guerra e dos danos causados pela pandemia. No entanto, nós, como eurodeputados, precisamos de assegurar que o dinheiro dos contribuintes da UE seja protegido e distribuído de forma justa, e o que vimos na nossa visita aqui suscita preocupações. Parece que existem problemas sistémicos causados pelo governo que impedem a Polónia de satisfazer todas as condições para receber o dinheiro da UE. Em particular, há questões relacionadas com a sua adesão às decisões do Tribunal de Justiça Europeu”.

"Fizemos um esforço para olhar de todos os ângulos para a distribuição e gestão dos fundos da UE na Polónia, para verificar se existem sistemas para proteger os interesses financeiros da UE. Concentrámo-nos no financiamento atual da UE sob gestão partilhada e verificámos que os sistemas para proteger e controlar os fundos da UE estão em vigor. Contudo, pedimos ao governo que compense os danos causados às PME que foram vítimas da má utilização dos fundos por empresas fictícias em cooperação com grandes empresas”, finalizou.

FAST-CARE: Conselho adota mandato de negociação sobre a continuação da ajuda aos refugiados da Ucrânia e sobre a resposta às consequências da agressão russa

Os representantes permanentes dos 27 Estados-Membros da UE [chegaram a acordo](#) sobre o mandato de negociação do Conselho para continuar a apoiar os países e regiões que acolhem pessoas deslocadas da Ucrânia, bem como para fazer face a alguns dos efeitos económicos adversos da agressão russa.

A proposta legislativa, conhecida por FAST-CARE (assistência flexível aos territórios), introduz novas disposições para aumentar a flexibilidade e maximizar a eficiência dos investimentos da política de coesão.

A proposta alarga o apoio já prestado no âmbito da Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa (CARE). Altera dois regulamentos de base que regem as regras da política de coesão para os períodos orçamentais de 2014-2020 e 2021-2027.

As medidas seguem uma abordagem baseada nas pessoas e reservam 30 % das despesas com refugiados para as autoridades locais e as organizações da sociedade civil, uma vez que estas estão na linha da frente da pressão migratória, trabalhando nas comunidades locais.

Para acelerar o processo, o Conselho decidiu não alterar o texto da proposta da Comissão, e após a adoção do mandato do Conselho, o Parlamento Europeu deverá aprovar a sua posição o mais rapidamente possível, no outono, que determinará as próximas etapas processuais para a adoção da legislação.



Investigação científica, Inovação, Ciência

Novo Bauhaus Europeu: projeto português entre as propostas a apoiar pela Comissão

O [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) (EIT) [anunciou](#) os 18 projetos de participação dos cidadãos selecionados para receber apoio ao abrigo da iniciativa [EIT Novo Bauhaus Europeu](#). Um destes projetos é o Porto Think Tank, que pretende explorar novas formas de utilização sustentável de 24 lavadouros tradicionais da cidade do Porto.

Para além de aderirem ao maior ecossistema de inovação da Europa, cada um destes projetos liderados pelos cidadãos, que tenta dar resposta aos desafios locais com soluções locais, receberá entre 15 mil e 45 mil euros para apoiar a experimentação e a implantação das suas inovações. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) do EIT e nos [pormenores sobre os projetos selecionados](#).

Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas

Encontre oportunidades para apoiar as suas ideias sobre a adaptação às alterações climáticas no [Portal de Financiamento e Concursos](#), em particular no âmbito do [Programa de Trabalho Horizonte Europa 2021-2022 12. Missões](#).

Já é possível apresentar candidaturas a 6 “Calls” desta Missão, sendo que o prazo limite para apresentação das candidaturas **encerra em 27 de setembro de 2022**.

Poderá encontrar [aqui](#) toda a informação disponível sobre estes apelos a candidatura.



Juventude, Formação e Requalificação

Nova parceria do Pacto para as Competências para impulsionar as competências digitais

Com o apoio da Comissão Europeia, associações da UE, empresas, organizações, sindicatos, universidades, formadores e federações nacionais, criaram uma nova parceria para as competências no ecossistema digital. Esta nova parceria irá permitir a requalificação e reorientação dos trabalhadores e atrair mais pessoas para a indústria digital. A parceria ajudará as pessoas

e as empresas a adquirir as competências digitais necessárias, o que contribuirá para os objetivos das transições digitais e verdes da economia europeia. Centrar-se-á em primeiro lugar na melhoria das competências da mão-de-obra dos parceiros do setor digital. Mais informações [aqui](#).



Mobilidade e Transportes

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime checo de 2,5 milhões de euros para incentivar o transporte de mercadorias por vias interiores navegáveis

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime checo de 2,5 milhões de euros para incentivar o transporte de mercadorias a passar da estrada para vias interiores navegáveis. O regime destina-se a promover a transferência modal do transporte de mercadorias por estrada para vias interiores navegáveis, que é um modo de transporte mais ecológico, através da modernização do equipamento técnico das embarcações.

Ao abrigo do regime, o auxílio tomará a forma de subvenções diretas aos proprietários de embarcações para os compensar pelos custos de modernização, permitindo-lhes transportar mercadorias pesadas e sobre-dimensionais. Tal tornará as embarcações mais competitivas, operacionais e seguras. O regime vigorará até 31 de dezembro de 2023. A Comissão avaliou o regime ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular o artigo 93º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo à coordenação dos transportes. A Comissão considerou que o regime é necessário e proporcional para promover a utilização do transporte por vias navegáveis interiores, que é menos poluente do que o transporte rodoviário e reduz o congestionamento rodoviário. A medida será, portanto, benéfica tanto para o ambiente como para a mobilidade.

Além disso, a Comissão considerou que o auxílio terá um "efeito de incentivo", uma vez que os beneficiários não realizariam os mesmos investimentos na ausência do apoio público. A Comissão concluiu assim que a medida contribuirá para a coordenação dos transportes e facilitará a transferência do transporte de mercadorias por estrada, em conformidade com os objetivos da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da UE e do Pacto Ecológico Europeu, sem distorcer indevidamente a concorrência no mercado único. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.101952 no [registo de auxílios estatais](#) no website da concorrência da Comissão, assim que quaisquer questões de confidencialidade tiverem sido resolvidas.



Mar e Pescas

Conselho aprova conclusões sobre as novas orientações estratégicas para um setor aquícola mais sustentável, resiliente e competitivo

Os ministros [acolheram](#) favoravelmente o documento da Comissão Europeia intitulado "Orientações estratégicas para uma aquíicultura na UE mais sustentável e competitiva para o período de 2021 a 2030" e adotaram [conclusões](#) sobre a aquíicultura, a fim de desenvolver um setor da aquíicultura marinha e de água doce sustentável, resiliente e competitivo. Os ministros sublinharam a necessidade de atribuir ao setor a elevada prioridade que se impõe, a fim de aumentar a sua sustentabilidade e o seu desempenho económico. Salientaram igualmente a necessidade de garantir o fornecimento de alimentos nutritivos, saudáveis e seguros e de reduzir a elevada dependência da UE das importações de produtos da pesca e da aquíicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar.

Os ministros destacaram ainda os principais desafios e ameaças à competitividade e resiliência do setor da aquíicultura na UE e salientaram a concretização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu por meio de uma aquíicultura biológica e respeitadora do ambiente. Neste contexto, apelaram à criação de um sistema transparente da UE para reconhecer e recompensar os produtores pela gestão aquícola respeitadora do ambiente. Além disso, recomendaram uma maior sensibilização dos consumidores para todos os benefícios da aquíicultura.

Eurodeputados da Comissão das Pescas em Portugal

Seis eurodeputados membros da comissão das Pescas [visitaram](#) vários portos e de pesca no norte de Portugal, de 18 a 20 de julho. Os eurodeputados reuniram-se com operadores locais, empresas que fornecem soluções tecnológicas para o setor, incluindo projetos de inteligência artificial e várias startups. Os eurodeputados observaram igualmente as condições nos portos de Leixões, Angeiras e Matosinhos, encontrando-se com pescadores locais e com representantes de organizações de pescas.

Antes da missão, o presidente da Comissão das Pescas, [Pierre Karleskind](#) (Renew, França) que liderou a missão ao norte de Portugal disse: "Estou muito entusiasmado por liderar esta visita ao norte de Portugal. As pescas são um setor fundamental para o desenvolvimento sustentável das áreas costeiras em toda a Europa. Vamos visitar vários portos de pescas e

testemunhar as suas condições operacionais. Vamos também visitar cinco projetos inovadores de pescas sustentáveis. Vamos garantir que trazemos esse conhecimento adquirido em Portugal para o Parlamento Europeu.”

O presidente da comissão das Pescas, [Pierre Karleskind](#) (Renew, França) foi acompanhado por outros cinco deputados: [Maria da Graça Carvalho](#) (PPE, Portugal), [Elżbieta Rafalska](#) (ECR, Polónia), [João Pimenta Lopes](#) (GUE/NGL, Portugal), [Manuel Pizzaro](#) (S&D, Portugal) e [Isabel Carvalhais](#) (S&D, Portugal).

Pesca e aquicultura: Proposta de alteração para desbloquear apoio necessário devido à invasão russa da Ucrânia entra em vigor amanhã

O Parlamento Europeu e o Conselho [adotaram](#) esta sexta-feira as medidas de crise [propostas pela Comissão a 13 de abril](#) para apoiar os setores da pesca e da aquicultura cuja atividade foi gravemente perturbada pela agressão da Rússia contra a Ucrânia. A [alteração legislativa](#) ao [Regulamento Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas](#) entra em vigor amanhã.

Congratulando-se com a notícia da adoção, Virginus Sinkevičius, comissário para o Ambiente, Oceanos e Pescas, afirmou: "A rápida ação da Comissão e a rápida adoção da alteração do FEAMP pelos legisladores foram fundamentais para desbloquear o financiamento remanescente do apoio de emergência ao setor das pescas afetado por esta crise. Apelo agora aos Estados-Membros para que ponham rapidamente em prática estas medidas e assegurem a continuidade da pesca e de outras atividades económicas tanto quanto possível nestas circunstâncias excecionais. Garantir o fornecimento de produtos do mar aos nossos consumidores e manter o emprego e a viabilidade económica do setor devem ser as nossas prioridades".

Nas próximas semanas, os Estados-Membros que planeiam utilizar estas medidas de crise ao abrigo do FEAMP poderão apresentar à Comissão pedidos de alteração aos seus programas operacionais. Dada a urgência da situação e com base nas melhores práticas das medidas de emergência COVID-19, os Estados-Membros podem já começar a implementar as novas medidas, selecionando as operações antes da aprovação formal pela Comissão.



Saúde

União da Saúde: HERA assegura doses adicionais de vacinas em resposta ao surto de varíola do macaco

A Autoridade de Preparação e Resposta em matéria de Saúde da Comissão Europeia (HERA), [assegurou](#) 54.530 doses adicionais da vacina de 3ª geração da empresa Bavarian Nordic, elevando agora para 163.620 o número total de doses adquiridas para os Estados-Membros responderem ao surto de varíola do macaco. As entregas das vacinas contra a varíola do macaco financiadas pela UE continuarão a ter lugar durante as próximas semanas e meses e durante o resto do ano aos Estados-Membros da UE, Noruega e Islândia.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Prioridades da UE na 77.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: Conselho aprova conclusões

O Conselho aprovou as [conclusões](#) que definem as prioridades da UE nas Nações Unidas durante a 77.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (setembro de 2022 – setembro de 2023). As conclusões são aprovadas numa altura em que o mundo enfrenta um dos maiores desafios para a paz e a segurança mundiais das últimas décadas – a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia – que vem juntar-se às fraturas e crises geopolíticas existentes, como as causadas pela COVID-19 e pelas alterações climáticas.

Neste contexto, a UE e os seus Estados-Membros recordam o carácter vinculativo da Carta das Nações Unidas em todos os seus elementos – paz e segurança, direitos humanos, igualdade de género, dignidade humana, igualdade de direitos das grandes e pequenas nações – e salientam a universalidade dos princípios fundadores das Nações Unidas. A UE reafirma a sua convicção de que os principais desafios do nosso tempo, pela sua natureza e âmbito global, não podem ser enfrentados por países agindo isoladamente – há que enfrentá-los em conjunto. Juntamente com os parceiros, a UE e os seus Estados-Membros não pouparão esforços para tornar o mundo um lugar mais seguro para todos, defendendo a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito e assegurando a paz e a prosperidade.

No próximo ano, a UE centrar-se-á na defesa da Carta das Nações Unidas e do Estado de direito, na resposta às consequências mundiais da agressão russa contra a Ucrânia, na promoção do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, no apoio ao acesso a uma educação de qualidade, no reforço da segurança sanitária a nível mundial e no combate às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à poluição, bem como na definição da agenda digital.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota uma medida de assistência para apoiar as Forças Armadas nigerinas

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) no valor de 25 milhões de euros que irá beneficiar as forças armadas nigerinas. O objetivo desta medida de assistência é reforçar as

capacidades e a resiliência das forças armadas nigerinas, a fim de lhes permitir defender a integridade territorial e a soberania do país e melhor proteger a população civil da crescente ameaça terrorista.

O Níger desempenha um papel importante nas iniciativas que visam reforçar a paz e o desenvolvimento no Sael, nomeadamente a Estratégia Integrada da UE para o Sael, a Coligação para o Sael e a Parceria para a Segurança e Estabilidade no Sael (P3S), bem como a Aliança do Sael. Através desta medida de assistência, a UE está a cumprir o seu compromisso no âmbito destas iniciativas.

Conselho de Cooperação União Europeia-Azerbaijão

A [décima oitava](#) reunião do Conselho de Cooperação entre a União Europeia e a República do Azerbaijão realizou-se em Bruxelas em 19 de julho de 2022. O objetivo da reunião era rever o estado global das relações UE-Azerbaijão e discutir o interesse mútuo pela cooperação futura.

O Azerbaijão é um parceiro importante da União Europeia e um parceiro estratégico em termos energéticos, fornecendo gás natural e petróleo à Europa e, por conseguinte, contribuindo para os esforços da UE para diversificar os seus recursos energéticos. A energia foi, por conseguinte, um tema importante nessas discussões, com base no novo Memorando de Entendimento sobre uma Parceria Estratégica no domínio da energia, assinado no dia anterior entre a UE e o Azerbaijão. Poderá consultar [aqui](#) o relatório que faz o ponto da situação da cooperação entre a União Europeia e o Azerbaijão.

Ajuda pública ao desenvolvimento: a UE e os seus Estados-Membros continuam a ser o maior doador a nível mundial

O Conselho [aprovou conclusões](#) sobre as metas da UE em matéria de ajuda ao desenvolvimento, sob a forma do décimo segundo relatório anual ao Conselho Europeu. O relatório analisa a evolução dos compromissos assumidos pela UE e dos resultados da sua ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Num panorama de financiamento cada vez mais complexo, profundamente afetado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela pandemia de COVID-19 e pelos impactos já visíveis das alterações climáticas, a APD continua a ser uma das principais fontes de financiamento para os países mais pobres e a desempenhar um papel crucial na concretização da Agenda 2030.

No seu relatório, o Conselho assinala que, em 2021, a APD coletiva da UE chegou aos 70,2 mil milhões de euros, o que representa um aumento nominal de 4,3 % em relação aos 67,3 mil milhões de euros disponibilizados em 2020.

Assim, a UE e os seus Estados-Membros mantiveram a sua posição como maior doador de APD a nível mundial, contribuindo com 43 % da APD mundial e confirmando a sua posição de liderança na agenda mundial para o desenvolvimento sustentável.

Em 2021, a APD coletiva da UE representou 0,49 % do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB), o que fica ligeiramente aquém do rácio de 0,50 % de 2020, mas continua a ser significativamente mais elevado do que a média dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE não pertencentes à UE, que se ficou pelos 0,26 % do RNB em 2021. Quatro Estados-Membros da UE ultrapassaram o limiar de 0,7 % do RNB para a APD.

O Conselho sublinha a urgência de a UE e os seus Estados-Membros empreenderem ações no sentido de honrar os seus compromissos coletivos de, até 2030, afetar 0,7 % do RNB à APD e consagrar 0,20 % do RNB como APD aos países menos avançados.

Agressão da Rússia contra a Ucrânia: UE adota pacote de “manutenção e alinhamento”

Em resposta à contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Conselho [adotou](#) novas medidas destinadas a reforçar as sanções económicas existentes contra a Rússia, aperfeiçoar a sua aplicação e reforçar a sua eficácia.

O pacote de "manutenção e alinhamento" agora [aprovado](#) introduz uma nova proibição de comprar, importar ou transferir, direta ou indiretamente, ouro, se for originário da Rússia e tiver sido exportado da Rússia para a UE ou para qualquer país terceiro posteriormente. Esta proibição abrange também a joalheria.

O pacote também amplia a lista de itens controlados, que podem contribuir para o reforço da capacidade militar e tecnológica da Rússia ou para o desenvolvimento de seu setor de defesa e segurança, reforçando assim os controles de exportação de uso dual e tecnologia avançada.

As [novas medidas agora adotadas](#), estão em linhas com as [conclusões do Conselho Europeu de 23 a 24 de junho de 2022](#), em que o Conselho Europeu declarou que continuariam os trabalhos sobre as sanções, nomeadamente para reforçar a aplicação e evitar a evasão.



Diplomacia digital da UE: Conselho concorda com uma abordagem europeia mais concertada aos desafios colocados pelas novas tecnologias digitais

O Conselho [aprovou](#) as conclusões sobre a diplomacia digital da UE. As tecnologias digitais trouxeram novas oportunidades e riscos para a vida dos cidadãos da UE e das pessoas em todo o mundo. A UE está a investir cada vez mais em infraestruturas digitais e, ao abrigo da estratégia *Global Gateway*, a apoiar os parceiros na definição da sua abordagem reguladora da tecnologia com base numa abordagem centrada no ser humano.

Neste contexto, o Conselho convida todas as partes relevantes a assegurar que a diplomacia digital se torne uma componente central e uma parte integrante da ação externa da UE, e seja estreitamente coordenada com outras políticas externas da UE em matéria de ciber e combate às ameaças híbridas, incluindo a manipulação e interferência de informação estrangeira. Neste contexto, para reforçar a Diplomacia Digital da UE em e com os EUA, a UE abrirá em breve um gabinete dedicado em São Francisco, um centro global para a tecnologia digital e inovação.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2022 e 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

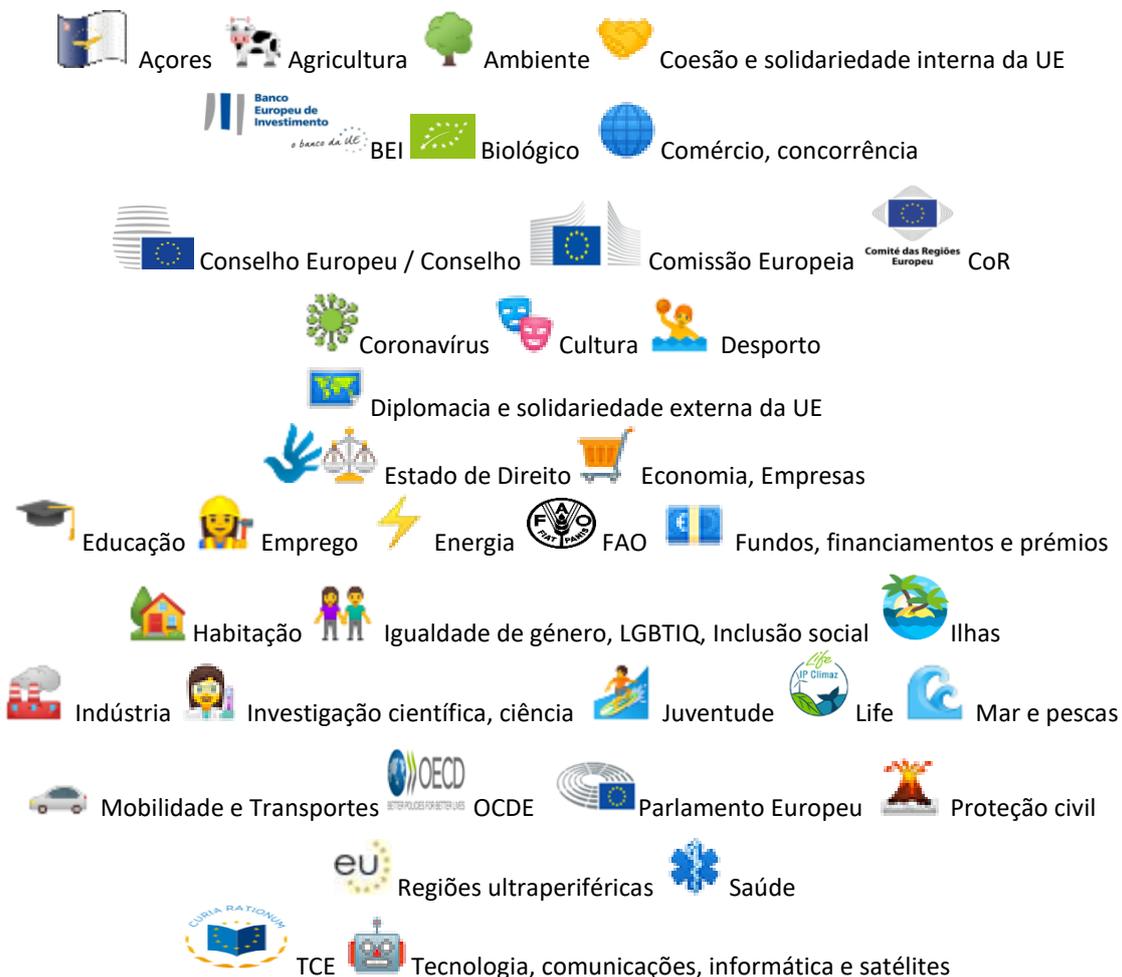
O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Turismo



União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!